

Do método sobre o discurso

Do método sobre o discurso

(2o. capítulo de A Metáfora Opaca – acesso parcial)

“Há uma outra forma de defesa que aquela que provoca uma tendência ou uma significação proibida. É a defesa que consiste em não se aproximar do lugar em que não há resposta à questão. Fica-se mais tranquilo assim e, no fim das contas, é essa a característica das pessoas normais. Não nos coloquemos questões – ensinaram-nos, e é por isso que estamos aqui”.

Jacques Lacan

Entre as várias reflexões auspiciadas pela efeméride centenária d’A *Interpretação dos sonhos* há uma que parece imprescindível. Trata-se da questão do método psicanalítico. Efetivamente, quanto à teoria, *a teoria do sujeito*, o seu prosseguimento se deu sem interrupção, tanto sob a pena de Freud quanto na obra de seus contemporâneos e sucessores. Basta mencionar os nomes de Abraham, Ferenczi, Reich, Klein, Winnicott, Bion, Lacan, Laplanche, Pontalis, Maud e Octave Mannoni, Dolto, Aulagnier para estimar os avanços alcançados. Sob esse aspecto, o contraste entre o desenvolvimento da teoria do sujeito e a estagnação da teoria do método se torna ainda mais chamativo.

Com referência à epistemologia e à ética, Lacan encarregou-se da difícil empresa de desvencilhar a psicanálise das amarras que a prendiam ao enfoque darwiniano, responsável, entre outros efeitos, pela tendência ao adaptacionismo presente em certas abordagens, como a do culturalismo norte-americano. A aliança com a revolução promovida por Saussure redefiniu o inconsciente como linguagem, ampliou o complexo de Édipo na direção de uma teoria do sujeito e repercutiu igualmente nas diretrizes da formação do analista. Não surpreende que a vastidão do seu escopo tenha conduzido a revolução lacaniana à região metodológica.

Com relação a esse último aspecto, porém, a contribuição da escola francesa não cumpriu a promessa de fazer avançar a compreensão do que o termo *interpretação* sempre conservou de enigmático, desde sua menção no título daquele que talvez seja o livro mais impactante de Freud. Lacan passou sem escalas da crítica à alarmante precariedade da literatura psicanalítica dedicada ao tema, crítica consubstanciada num texto *apimentado* que deplorava a notável fragilidade das concepções em voga[1], à desautorização, década e meia depois, do próprio procedimento interpretativo, tal como é possível depreendê-lo da prática freudiana.

No artigo de 1958 a interpretação é valorizada e se lamenta sua secundarização em relação à análise da transferência[2]; quatorze anos depois, em *L’Etourdit*, ela é redefinida pelos procedimentos da pontuação, da escansão e do corte, operações que desde então tipificam o modo de intervenção lacaniana. Lacan é notoriamente conhecido pela torção que imprime aos conceitos dos quais se apropria. A interpretação não constitui exceção. A descrição lacaniana difere totalmente da prática copiosamente ilustrada no livro de Freud sobre os sonhos.

Nessa trajetória, fica patente uma omissão: Lacan não explicita o que entende por concepção freudiana do procedimento interpretativo. Pode-se estender tal afirmação à literatura psicanalítica como um todo, inclusive *A Interpretação dos Sonhos*. Se o livro centenário é pródigo em exemplos que descrevem como o enigmático conteúdo onírico se transmuta no mais compreensível dos relatos, graças à associação livre e à atenção flutuante, é preciso reconhecer que nas páginas do clássico freudiano se encontra tudo menos uma teoria do método interpretativo. A surpresa que tal afirmação possa ocasionar se deve a pelo menos dois motivos. Costuma-se tomar as regras técnicas estipuladas para interpretar o sonho por uma teoria dessa surpreendente propriedade da linguagem, a saber, a simultaneidade de seus níveis *manifesto* e *latente*. Em segundo lugar, supõe-se que a descrição das operações denominadas pela locução *elaboração onírica* contenha implicitamente uma teoria do método interpretativo.

Se de fato a *regra fundamental* cria as condições para que a impressão de absurdo produzida pelos efeitos do deslocamento, da condensação e da figurabilidade seja revogada [3], é precisamente o *ato interpretativo*, ou seja, a passagem da significação (consciente) ao sentido (inconsciente), que permanece misteriosa.

Uma das principais conseqüências dessa lacuna é a diferença marcante entre as diretrizes estipuladas pelas correntes psicanalíticas para a formação do psicanalista, que refletem concepções divergentes acerca do que seja *tratamento*, tanto em termos de procedimento como em relação a critérios de avaliação e finalidade. Não obstante, todas concordam em impor ao candidato a regra da obrigatoriedade da análise. Acentua-se assim a importância da vivência iniciática, algo que Lévi-Strauss já havia comentado ironicamente ao assinalar a similaridade entre psicanálise e xamanismo em seu artigo *A eficácia simbólica*.

A obrigatoriedade da análise com um psicanalista da instituição à qual o candidato deseja integrar-se retrata o proselitismo e o corporativismo reinantes. Constitui igualmente uma estratégia compensatória, como se a análise pessoal do candidato pudesse remediar as deficiências causadas pela inexistência de uma teoria do método. As controvérsias concernentes ao processo de formação do analista estão fortemente relacionadas à ausência de consenso em relação ao método psicanalítico; esta falta de consenso, por sua vez, decorre em grande medida da inexistência de uma definição rigorosa de interpretação. Nada parece ter mudado desde que Lacan escreveu: “*Pois é no seio da pretensão deles de se bastarem com a eficácia que se eleva uma afirmação como esta: a de que o analista cura menos pelo que diz e faz do que por aquilo que é.*”[4]

Mas a denúncia de Lacan não impediu que o próprio movimento lacaniano chegasse a uma espécie de demonstração por absurdo dos abusos embutidos no requisito em questão quando propõe como critério de uma “cura” conduzida *comme il faut* a passagem da condição de analisando para a de analista. A arregimentação proselitista mostra-se aqui a céu aberto. Freud, quando se manifestou a respeito, afirmou que quem fosse capaz de interpretar os próprios sonhos poderia ser considerado apto a ocupar a poltrona de escuta, acrescentando a exigência “(...) *de que todos os que desejem efetuar análises em outras pessoas terão primeiramente de ser analisados por alguém com conhecimento técnico*”[5]. A primeira estipulação (saber interpretar os próprios sonhos) enfatiza a importância do *savoir faire*, exigência que comparece algo atenuadamente na segunda, através da locução *conhecimento técnico*. Infelizmente Freud não nos diz em que consiste nem como alcançá-lo. Imprecisão e

lacuna a partir das quais a condição necessária (superação dos próprios recalques através da análise pessoal) começa a usurpar o lugar da condição suficiente (proficiência metodológica).

Se se considera que ter passado pelo divã, mais do que o domínio do método, constitui o principal requisito para tornar-se analista, as regras das instituições psicanalíticas (todo analisando ungido pelo seu psicanalista seria elegível) justificam a perturbadora analogia proposta por Lévi-Strauss (a ordenação psicanalítica seria idêntica à iniciação do xamã).

A análise pessoal do candidato tornou-se uma condição ainda mais determinante porque a estipulação de que o psicanalista deva ser alguém capaz de interpretar os próprios sonhos foi por sua vez reduzida à auto-legitimação proferida em causa própria por Freud. Os sucessores do pajem que chegou ao trono extraíndo a espada da rocha foram eximidos de passar pela mesma prova. Considerou-se isso menos uma facilidade do que o gesto de humildade que reservava ao criador da psicanálise o privilégio da *causa sui*. Não se viu – ou não se quis ver – que a capacidade de interpretar os próprios sonhos aponta para a questão metodológica, já que interpretar os próprios sonhos não é senão, pura e simplesmente, interpretar.

Em *A Interpretação dos Sonhos* o método comparece como uma descoberta *de facto* à qual falta a dimensão *de jure*, ou seja, a fundamentação teórica. Como aconteceu tantas vezes na história do conhecimento, a experiência auspiciou uma prática antes da compreensão de suas condições de possibilidade. A dificuldade de pavimentar teoricamente a *via real* para o inconsciente e a descoberta do atalho transferencial somaram forças no sentido de adiar a incômoda tarefa para as calendas gregas.

A inexistência de uma teoria da interpretação é um problema sério mas ainda assim menor do que a falta de percepção das suas implicações. Por mais que se pretenda minimizar o impasse, a radical diferença que separa as correntes psicanalíticas a respeito da prática clínica tem o condão de lembrá-lo. As particularidades metodológicas das diversas correntes acentuam a *abelização* do discurso psicanalítico, fragmentado em dialetos votados à incomunicabilidade. O confronto de idéias, necessário ao desenvolvimento de qualquer ciência, tornou-se refém do sectarismo.

Se cada corrente psicanalítica formulou ciosamente a sua teoria do sujeito, em relação ao método não há nada semelhante. O pesquisador encontrará conceitos, descrições, recomendações, estipulações de regras e (principalmente) estudos de casos, mas não uma teoria do método, ausente igualmente em Freud, Lacan e Klein. Ela permanece informulada desde o momento inaugural, isto é, desde a descoberta da associação livre e da atenção flutuante, e nada se modifica com a ascensão da transferência a objeto fundamental da prática clínica. A posterior inclusão da contra-transferência no rol dos instrumentos metodológicos tampouco modificou a situação. As propostas metodológicas lacanianas padecem igualmente de qualquer sistematização e se amparam muito mais na desautorização do procedimento interpretativo freudiano e do *modus operandi* kleiniano do que numa argumentação própria. Em suma, toda a literatura psicanalítica dedicada ao tema atesta a vigência do problema.

Um texto como *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* tem com o que despertar as expectativas no leitor, visto a pertinência das suas críticas. Contudo, elas se desvanecem diante da seguinte observação: “(...) *Poupar-nos-emos de fornecer as regras da interpretação. Não que elas não possam ser formuladas, mas suas fórmulas pressupõem desenvolvimentos que não podemos tomar como conhecidos, na impossibilidade de condensá-los aqui*”[6]. Infelizmente em nenhum outro texto o autor se ocupou em formular tais regras ou esclarecer os *desenvolvimentos* em que elas se apoiariam. *Regras da interpretação*, aliás, é uma expressão particularmente ambiciosa e quiçá discutível, embora não menos interessante por isso. Seja como for, poucas passagens ilustram tão bem o enlace entre o talento demolidor e a dificuldade de construir, típicos de Lacan. (Quem sabe se explique dessa maneira a peculiaridade da sua atitude clínica, como o *meio dizer*, o “oraculismo” e o *non-sense*).

Enfim, se o método psicanalítico se define pela interpretação, se o texto principal para interrogar a interpretação é *A interpretação dos sonhos*, se em 1900 os conceitos fundantes são descritos mas não teorizados, se a tentativa mais séria de enfrentar o desafio envereda pelo descompromisso, forçoso se faz reconhecer que a questão permanece em aberto. A associação livre e a atenção flutuante, bem como a descrição das operações oníricas (cuja transposição para a esfera lingüístico-discursiva é empreendida por Lacan em 1957), constituem alicerces sobre cuja importância seria desnecessário insistir. Mas é importante distinguir entre condições necessárias e condições suficientes para não cometer o erro de tomar a pedra fundamental pela edificação propriamente dita.

Diante do impasse não é incomum que se opte pelo mesmo muxoxo com que a raposa desprezou as uvas inacessíveis. Às constantes proclamações, feitas por autores lacanianos, acerca da obsolescência da interpretação, descrevendo-a como procedimento superado, resquício meramente pedagógico da pré-história psicanalítica, artifício que alimenta o desejo de saber do analisando com o cardápio da teoria, etc., pode-se responder citando o próprio Lacan clássico, o Lacan de 1958:

Nem por isso estamos denunciando o que a psicanálise tem hoje de antifreudiano. Pois, nesse aspecto, deve-se reconhecer que tirou a máscara, uma vez que ela se vangloria de ultrapassar aquilo que aliás ignora, guardando da doutrina de Freud apenas o suficiente para sentir o quanto lhe é dissonante o que ela acabou de enunciar de sua experiência[7]. O “retorno a Freud”, senha lacaniana, ficou incompleto na medida em que deixou de abranger as incipientes estipulações metodológicas presentes em *A interpretação dos sonhos*. Tal afirmação, porém, exige a seguinte ressalva: em outro artigo, escrito na mesma década de 50[8], fase em que Lacan deu mostras de uma fecundidade não desprovida de rigor, ele disponibiliza instrumentos de valor heurístico inegável para o acometimento da difícil empreitada.

Metodologia, teoria, epistemologia

Pois na análise do sonho, Freud não pretende dar-nos outra coisa senão as leis do inconsciente em sua extensão mais geral (...) a eficiência do inconsciente não se detém no despertar. A experiência psicanalítica não é outra coisa senão o estabelecer que o inconsciente não deixa nenhuma de nossas ações fora de seu campo.[9]

Na esteira de *A instância da letra no inconsciente...*, a inquirição sobre o método psicanalítico terá por objeto a metáfora (e em grau menor a metonímia). Lacan julgou com

bons motivos que nenhum outro texto de Freud, mesmo se vários se prestam a tanto, confirma tão plenamente a tese da consubstancialidade entre inconsciente e linguagem como *A Interpretação dos Sonhos*. Detectou também nas operações de deslocamento e condensação a razão da duplicidade que afeta permanentemente o universo dos signos, registrada por Freud mediante as noções de manifestação e latência.

Freud descreveu a separação entre os dois territórios como uma medida de defesa que comparou à censura, mas essa metáfora, ao tornar-se conceito, é substituída pela idéia reciprocamente inversa. Defesa e censura é que constituiriam efeitos... da própria metáfora. Assim, a noção antropomórfica de uma polícia alfandegária vigiando cuidadosamente as fronteiras intrapsíquicas cede terreno à propriedade metafórica, ainda tão pouco compreendida, da linguagem.

Se a clivagem (mas também a articulação) entre os níveis manifesto e latente (consciente e inconsciente) ocorre graças à metáfora, é a ela que as interrogações devem ser dirigidas. A empresa terá suas dificuldades, adverte Lacan. “*A metáfora não é a coisa no mundo das mais fáceis de falar*”. [10]

A instância da letra no inconsciente... propõe uma redefinição lingüística para duas das operações oníricas descritas por Freud. Deixando *figurabilidade e elaboração secundária* de lado, o texto submete as noções de *deslocamento e condensação* ao enfoque lingüístico e conclui que as descrições freudianas desses conceitos são plenamente compatíveis com o que a retórica denomina respectivamente metonímia e metáfora. A última é tida por Lacan como responsável pela produção de sentido, enquanto a primeira lhe confere as condições de possibilidade. A justificativa para supor que todo sentido é metafórico deriva da concepção de Saussure acerca do *eixo paradigmático*. Para o lingüista suíço os morfemas presentes nos enunciados constituem escolhas (sobre cujo grau de consciência ele não se manifesta) realizadas *no estoque lexical do tesouro da língua*. Sinônimos, antônimos, parônimos e outros derivados constituiriam o campo associativo de cada signo [11].

Os signos descartados no processo de escolha podem ser aproximados do *conteúdo latente* freudiano – embora a psicanálise estipule mais uma distinção, entre pré-consciente e inconsciente, conforme haja ou não acesso a determinado campo semântico, ou seja, conforme haja ou não recalque. Para a psicanálise, a própria escolha dos vocábulos pelo falante, bem como o estilo (sintaxe), seriam inconscientes, justificando a suposição de que a associação livre obedece a determinações estritas – procedentes do que Freud chamou de “a outra cena”. Roman Jakobson, que trabalhou no veio aberto por Saussure, considera a escolha inexistente no nível fonológico, mínima em termos de morfologia e sintaxe, um pouco maior no que se refere à semântica.

As noções *eixo paradigmático* e *eixo sintagmático* encontram seu marco conceitual na teoria do valor. Segundo essa concepção, também devida a Saussure, a significação de um signo deriva de sua posição face aos outros signos do respectivo campo semântico. *Medo* obtém seu valor diferencial da articulação com *apreensão, pavor, susto, terror, ansiedade, temor*, mas também *anseio, esperança, confiança, expectativa, segurança*, etc. Por outro lado, a frase, unidade mínima do discurso, relativiza a significação genérica das palavras que a compõem, particularizando os signos ao relacioná-los. O discurso, como notou Émile Benveniste, faz

outro tanto com as frases. O discurso representa o ápice da proeminência do conjunto sobre a unidade, cuja implicação principal é a subordinação da significação ao sentido.

Do mesmo modo que os fonemas constituem um sistema e não poderiam existir isoladamente, o mesmo acontece com os *morfemas* (que correspondem aproximadamente ao que designamos por '*palavras*'). No nível discursivo, a metáfora demonstra a presença do eixo paradigmático mais do que qualquer outra manifestação lingüística, porque nela se percebe, nitidamente, a substituição. O sonho, por ser indisfarçadamente metafórico, favoreceu a formulação do método interpretativo – cuja característica principal é a de rastrear, através da substituição, o que foi substituído. As operações oníricas descritas por Freud retratam modalidades de substituição lingüística. Assim, o conteúdo manifesto do sonho (*significação consciente*) conduz aos restos diurnos (*significação pré-consciente*) e na seqüência – se a resistência puder ser superada – à lógica subjacente (*sentido inconsciente*). Cabe então antecipar, de acordo com a argumentação anterior, que a interpretação não é senão leitura de metáforas discursivas. Ou desmetaforização.

Quando a linguagem é definida funcionalmente a interpretação cede seu lugar à decodificação. Supõe-se então que os signos sirvam a finalidades mais prosaicas, como registro, transmissão e troca de informações, memorização, aprovação, rejeição, afirmação, negação, interrogação, formulação de hipóteses, proferimento de ordens, queixa, condenação, persuasão, agressão, sedução, aliciamento, ameaça, pedido, evocação, etc. Os adeptos dessa concepção de linguagem atêm-se à literalidade. O que se quer dizer equivale estritamente ao que foi efetivamente dito e apenas isso: uma rosa é uma rosa é uma rosa. As palavras, nesse caso, passam por servas do que representam, do *designatum*, daquilo que é nomeado, portanto da intenção do falante. Nessa perspectiva a significação eclipsa o sentido e não há qualquer razão para interpretar, já que o discurso se esgota em sua manifestação comunicativa, diretamente inteligível.

A idéia de que a transferência constitui o objeto da prática psicanalítica oferece ao psicanalista desconhecedor do método interpretativo uma alternativa: a pergunta pela intenção subjacente ao enunciado. A escola de Oxford, responsável pela área de pesquisa conhecida como filosofia da linguagem comum, estudou essa dimensão do ato lingüístico e a designou pelo termo ilocução[12]. É inegável que todo enunciado possui um aspecto ilocucionário; resta saber se o mesmo deve ser considerado como parte integrante do discurso e portanto detectável pelo método interpretativo, ou se, como ilustrado sobretudo pela prática kleiniana, sua aferição dependeria da intuição. Neste último caso a indagação sobre o sentido inerente ao discurso é substituída pela pergunta sobre a intenção inconsciente do paciente em relação ao psicanalista.

Não é improvável que essa atitude clínica seja o reflexo das expectativas inconscientes do psicanalista em relação ao paciente. Seja como for, a pergunta pela intenção inconsciente subjacente à comunicação dirigida ao psicanalista só poderia ser respondida a partir de dois referenciais: a própria teoria psicanalítica ou os sentimentos despertados pela fala em questão. Os freudianos ortodoxos escolhem a primeira alternativa e os kleinianos a segunda. Nesta última, o psicanalista investiga a intenção subjacente à fala do paciente com um instrumento bastante suspeito – os próprios sentimentos. Alega-se que o risco da *contaminação* é minimizado pela autoclave da análise pessoal e/ou da supervisão.

O modelo clínico fundamentado no procedimento interpretativo contra-argumenta que a transferência não se presta menos à interpretação do que qualquer outro conteúdo discursivo, mas estritamente nessa condição e não enquanto fenômeno particular, priorizado em relação ao conjunto das associações.

Os conceitos elaborados por Freud em relação ao sonho admitem equivalência em retórica, mas não exatamente como Lacan propôs. Freud considera que a operação onírica responsável pelo caráter enigmático do conteúdo manifesto é o deslocamento. “*Embora a condensação torne os sonhos obscuros, não parece dar-nos a impressão de ser efeito da censura. Antes parece dever-se a um fator automático ou econômico, mas, em todo caso, a censura lucra com ela*”[13]. Correspondentemente, se a metonímia ou sinédoque consiste na representação do todo pela parte e vice-versa, sua semelhança com a condensação, tal como definida por Freud, é muito maior do que com o deslocamento.

“No que concerne à relação entre o sonho latente e o manifesto, a condensação tem como conseqüência o estabelecimento de uma relação não-simples entre os elementos de um e de outro. Um elemento manifesto pode corresponder simultaneamente a diversos elementos latentes e, em sentido inverso, um elemento latente pode desempenhar seu papel em diversos elementos manifestos – existe, por assim dizer, um relacionamento entrecruzado”[14].

Freud também responsabiliza a condensação pelo contraste entre as dimensões ínfimas do conteúdo manifesto e a extensão considerável das respectivas associações (conteúdo latente)[15]. Aqui, a relação *pars pro toto* se torna evidente. Por outro lado, a descrição freudiana confere ao deslocamento uma grande semelhança com a metáfora.

“A substituição de algo por meio de uma alusão constitui processo corrente também em nosso pensamento desperto, porém existe uma diferença. No pensamento desperto, a alusão deve ser inteiramente inteligível, e o substituto deve estar relacionado, no seu tema, com a coisa original que representa. (...) As alusões usadas para fins de deslocamento nos sonhos estão livres de ambas as restrições. (...) a censura de sonhos só consegue seu objetivo quando consegue tornar impossível que se encontre o caminho desde a alusão até a coisa original.[16]

Não há lugar para qualquer hesitação quanto ao correspondente retórico do termo alusão: trata-se da metáfora. Tanto a metáfora coloquial (...*que deve ser inteiramente inteligível*...), como a metáfora enigmática, responsável pelo deslocamento, operam substituições; a diferença reside no grau de esforço imposto ao procedimento interpretativo. O mecanismo metafórico subjacente tanto à substituição óbvia, própria do “pensamento desperto”, como à substituição ocultante, típica do sonho, divide o discurso em significação (literal) e sentido (inconsciente). O procedimento interpretativo, conseqüentemente, consistirá em encontrar “...o caminho desde a alusão até a coisa original”. Interpretar não é senão compreender o sentido das alusões que conduzem do discurso consciente ao inconsciente.

Além dessa divergência, as concepções freudiana e lacaniana acerca da metáfora diferem em outro ponto crucial. No capítulo VII das Conferências Introdutórias sobre os Sonhos lê-se “...a relação entre os elementos manifesto e latente não é uma relação simples; está

longe de ser o caso o fato de um elemento manifesto sempre estar no lugar de um elemento latente. Antes, o que existe é uma relação de conjunto entre as duas camadas... “[17]. Constatação crucial, que descreve a relação manifestação / latência como articulação entre dois discursos (“camadas”). Contrariamente, o enfoque lacaniano acerca do mecanismo metafórico é muito semelhante às conceituações tradicionais da lingüística que enfatizam a substituição termo a termo ou locução a locução, graças à presença de um elemento comum – *otertius comparationis* - que fornece o elo entre o termo efetivamente presente e o ausente que lhe empresta sua significação. Na locução “aurora da vida” esse liame é constituído pelo signo *início*, que permite a comparação entre a infância e o nascer do sol.

Os exemplos de *A instância da letra...* são extraídos da poesia: *A omor é uma pedrinha rindo ao sol e Seu feixe não era avaro nem odioso...* Quando se trata de propor uma definição de metáfora, Lacan escreve: “*Uma palavra por outra -eis a fórmula, e se sois poeta produzireis, se fizerdes disso um jogo, um jato contínuo e até mesmo um tecido brilhante de metáforas*”[18]. A fórmula adotada por Lacan (“*uma palavra por outra*”) não poderia ser mais reveladora acerca da sua concepção não discursiva.

A seguinte passagem é ainda mais explícita: “*A centelha criadora da metáfora não jorra da apresentação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela jorra entre dois significantes dos quais um substituiu o outro tomando-lhe o lugar na cadeia signifiante, o signifiante oculto permanecendo presente pela sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia*”. [19] Compare-se com a descrição freudiana anteriormente citada: *...a relação entre os elementos manifesto e latente não é uma relação simples; está longe de ser o caso o fato de um elemento manifesto sempre estar no lugar de um elemento latente. Antes, o que existe é uma relação de conjunto entre as duas camadas...*“.

Lacan não retém o elemento distintivo da descoberta freudiana, que apresenta a articulação conteúdo manifesto/contéudo latente como relação entre discursos. As metáforas que integram os exemplos lacanianos são poéticas, coloquiais, humorísticas, proverbiais, e ilustram como se dá a substituição entre palavras ou locuções, cuja compreensão não costuma apresentar dificuldades consideráveis na transposição da fronteira entre significação literal e sentido. Algo muito diferente se passa quando se trata da relação entre discursos. Os adjetivos ‘transparente’ e ‘opaco’ referem essa distinção entre as “*alusões inteligíveis*“, conscientemente empregadas pelo falante/poeta/escritor, e as “*alusões usadas para fins de deslocamento nos sonhos*“. Com a ressalva de que estas últimas não se restringem ao sonho. Constituem (mesmo que Freud não tenha percebido o alcance da sua descoberta), o próprio mecanismo da produção de sentido, o coração semântico da linguagem.

A divergência em questão se acentua em terreno metodológico, já que para Lacan o acesso ao inconsciente se dá através do signifiante, enquanto o procedimento freudiano percorre na contramão a trilha do deslocamento, mediante a leitura desmetaforizante do conteúdo manifesto – definido enquanto discurso. Em *A instância da letra no inconsciente...* lê-se: “*(...) as imagens de sonho só devem ser consideradas pelo seu valor de signifiante, isto é, por aquilo que elas permitem soletrar do “provérbio” proposto pelo enigma do sonho*”[20]. O mesmo texto atribui a Freud a idéia de que “*...esse valor de signifiante da imagem nada tem a ver com sua significação...*”, comentário correto mas incompleto, por

suprimir um acréscimo imprescindível: se o significante onírico emancipou-se de seu significado corrente, é porque foi atraído por outra órbita discursiva, da qual passa a receber sua(s) nova(s) significação(ões). Assim como não há fonema sem morfema, nem morfema sem sintagma, nem sintagma sem enunciado – tampouco há frase ou significante sem discurso.

Não obstante, e no que se refere à generalização das teses desenvolvidas na teorização do sonho, Lacan vai bem mais longe do que Freud ao estender seu campo de validade para o conjunto da linguagem[21]. Se a Lacan é imputável uma definição limitada de metáfora, Freud por outro lado não percebe que sua descoberta excede o âmbito onírico e se aplica ao campo discursivo como um todo. Não deixa de chamar a atenção que precisamente em relação a esse ponto o autor dos *Escritos* não use o termo *significante*, mas *discurso*. “*Que é que distingue esses dois mecanismos, que desempenham no trabalho do sonho, Traumarbeit, um papel privilegiado, de sua função homóloga no discurso? Nada. A não ser uma condição imposta ao material significante, dita Rücksicht auf Darstellbarkeit, que se deve traduzir por: consideração aos meios da encenação ...*[22]“

A extensão da condensação e do deslocamento à totalidade do campo discursivo é um feito notável, mas não torna irrelevante a preferência onírica pela expressão imagética, que Freud considerava a “*...elaboração onírica psicologicamente mais interessante... transformar pensamentos em imagens visuais*[23]“. Também aqui, sob a aparência de uma banalidade, respira uma questão fundamental. Considerando a figurabilidade mera “*condição imposta ao material significante*“ Lacan deixa de interrogar-se a respeito e perde de vista essa peculiaridade notável da metáfora, seu dom de representar concretamente o que é da ordem do abstrato. Não há qualquer dificuldade em demonstrá-lo. O provérbio ‘*casa de ferreiro, espeto de pau*’ cai como uma luva para ilustrar o cochilo lacaniano.

Estendendo essa característica à linguagem, pode-se dizer que todo discurso posto em ato, seja qual for seu conteúdo, concretiza, e portanto metaforiza, um sentido abstrato. Desse ponto de vista qualquer relato é tão figurado como o protagonizado pelas imagens oníricas. O método interpretativo não tem porque restringir-se à narração de sonhos; aplica-se a qualquer temática, por mais lógica e concatenada que seja.

Se toda significância se apóia no deslocamento enigmático, cabe reconhecer que os enunciados metodológicos requerem um estatuto de exceção na medida em que testemunham a luta encarniçada que a busca de conhecimento trava com a subjetividade, ou seja, com o arcabouço metafórico do discurso. A lógica e a matemática permitem ao Ulisses encantado com os mistérios da natureza amarrar-se ao mastro das indagações para não sucumbir perante o canto metafórico das sereias. Que a metodologia pode efetivamente alcançar algumas vitórias, mesmo se parciais, é atestado pela existência do discurso científico. A asserção vale também para a interpretação psicanalítica. “*...se o sintoma é uma metáfora, não é uma metáfora o dizê-lo...*[24]“

A metáfora, como afirma Lacan, é responsável pelo fenômeno da significância. Mas há que acrescentar algo: na medida em que desafia qualquer compreensão direta, o sintoma se define como efeito produzido pela metáfora opaca (e não poética, coloquial, etc.). Metáfora opaca, ou seja, discursiva. A significação ofusca o sentido mas não sem que a operação deixe pistas no discurso.

Lacan porém privilegia a cadeia significante, detendo-se no arcabouço fonológico, morfológico e sintático. O procedimento adotado por Freud para interpretar sonhos demonstra que para ele é o discurso como um todo que atesta a presença de seu congêneres metaforizado, ou seja, inconsciente (“... *o que existe é uma relação de conjunto entre as duas camadas.*”).

O raciocínio freudiano aplica à esfera discursiva a tese saussureana de que a posição dos fonemas e morfemas é correlativa, ou seja, deriva da respectiva oposição diferencial no interior de um sistema. Trata-se da teoria do valor, princípio reitor do estruturalismo. Os estudos de Lévi-Strauss sobre mitologia compartilham do mesmo enfoque. O procedimento interpretativo do etnólogo visa captar o sentido a partir da combinatória semântica – os *mitemas* – extraída de todas as versões disponíveis de um dado mito[25]. Aliás, vê-se bem aqui que a condição da interpretação não é a transferência.

Lacan permanece no território da língua, fazendo *tábula rasa* da distinção entre *langue* e *parole*. Ao invés de transpor o princípio estrutural para o campo discursivo contenta-se em modificar a disposição dos componentes do signo. As flechas que representavam a determinação recíproca entre significante e significado no esquema saussureano são retiradas. É revogada assim a interdependência entre imagem acústica e conceito, de modo a estabelecer a primazia do significante, doravante considerado responsável pela estruturação da linguagem e portanto do inconsciente. O significado é adscrito à consciência e correspondentemente votado ao desprezo.

Diferentemente, a noção freudiana de deslocamento põe em pauta o caráter discursivo da metaforização, através da interdependência entre os discursos inconsciente e consciente. Se o último constitui uma metáfora do primeiro nem por isso perde importância, visto que constitui sua única via de acesso. Trata-se de uma abordagem bem diferente da concepção lacaniana, que restringe a substituição à permuta entre significantes, no âmbito de unidades parciais como sintagmas (locuções), morfemas (palavras) e fonemas (sílabas). Freud, como Saussure, discerne entre discurso e língua (*parole* e *langue*), que o enfoque lacaniano amalgama para conferir primazia absoluta ao significante, não só na esfera da língua mas também na do discurso.

A importância do discurso é parcialmente recuperada por Lacan ao redefinir o eixo sintagmático pela metonímia, mas com a função de denunciar o caráter irrisório da busca pelo objeto do desejo. No fim das contas, discurso, imaginário e consciência são aproximados novamente. Lacan infringe a lógica da argumentação freudiana sem sequer discuti-la quando propõe o pareamento entre deslocamento e metonímia, condensação e metáfora. Resta-lhe, porém, o mérito notável de ter definido o sentido como efeito metafórico.

Se de acordo com a extensão conceitual proposta por Lacan condensação e deslocamento forem considerados mecanismos constitutivos da linguagem e não apenas operações da elaboração onírica, o panorama descortinado por Freud se amplia e adquire uma dimensão universal capaz de abranger qualquer conteúdo discursivo. No que se refere à prática psicanalítica, a condensação, pensada como metáfora transparente mas também metonímia, coincidirá com os primeiros enunciados que o analisando profere. No início da livre associação não resta ao psicanalista senão entender literalmente o que está sendo dito, como

aconteceria face ao relato de um sonho. À medida em que a fala prossegue os enunciados iniciais se adensam, permitindo a aferição da metáfora transparente singular – ou seja, a significação subjacente ao que em princípio não parecia ser senão pura comunicação.

A metáfora transparente consciente corresponde ao que Freud chamou de “alusão compreensível”, modo de expressão integrante do “pensamento desperto”, geralmente presente em comparações, provérbios, piadas, poesias, etc. A metáfora transparente singular, porém, não é locucional mas discursiva. Ela pode ser entendida como a significação inerente ao âmbito pré-consciente, captada e depositada pela associação livre na superfície do conteúdo manifesto.

Na seqüência – se houver – o discurso atinge uma espécie de “ponto de saturação”, permitindo a aferição da metáfora opaca, agente do deslocamento, ou seja, da censura, “(...) *que só consegue seu objetivo quando consegue tornar impossível que se encontre o caminho desde a alusão até a coisa original*”.

Visto a predominância da atitude ‘tudo ou nada’ quanto ao posicionamento dos psicanalistas face à obra lacaniana, cabe reafirmar que o questionamento da respectiva concepção da metáfora não afeta a concordância com a fórmula segundo a qual o inconsciente está estruturado como linguagem[26], que efetivamente recupera o cerne da inspiração freudiana. Essa tese fundamental requer o acréscimo de que a identidade está estruturada como discurso.

Análise vs interpretação ou causa vs sentido

“Temos incluído duas coisas como ‘sentido’ de um sintoma: o seu ‘de onde’ e seu ‘para quê’ ou sua ‘finalidade’ – ou seja, as impressões e experiências das quais surgiu e as intenções a que serve (...) não é de grande importância se a amnésia influenciou também o ‘de onde’ – as experiências em que o sintoma se baseia – como acontece na histeria; é no ‘para quê’, no propósito do sintoma, que pode ter sido inconsciente desde o início, que se baseia sua dependência do inconsciente – e não menos firmemente na neurose obsessiva do que na histeria”. [27]

Na obra freudiana o termo *interpretação* surge precisamente a propósito dos sonhos. Se ele se impôs, e tanto que participa do grupo seletivo de “palavras-chave” evocadas automaticamente pela referência à psicanálise (como “trauma”, “complexo de Édipo”, “libido”, “sexualidade”), seria preciso não esquecer que a prática clínica está longe de conformar-se a seu modelo.

Na contramão da interpretação, e angariando uma adesão bem mais intensa, apresenta-se um outro procedimento, que poderia ser chamado “análise de conteúdo”. A literatura psicanalítica fez da interpretação e da análise de conteúdo procedimentos complementares, quando não semelhantes; ao longo deste texto pretende-se demonstrar sua incompatibilidade[28]. Enquanto a análise tem por objeto qualquer conteúdo do discurso que se entenda privilegiar, a interpretação tem por único objeto o próprio discurso.

Como habitualmente acontece, a hesitação e também o conseqüente ecletismo procedem do próprio Freud. A preconização freudiana de que o psicanalista corresponda com atenção

flutuante à associação livre constitui uma tomada de posição clara com referência a que o objeto da escuta é o discurso e não determinado aspecto do seu conteúdo. Por outro lado, a própria denominação *psicanálise* poderia ser vista como um indicativo em sentido contrário... para não falar da ênfase concedida à análise das recordações da infância, das fantasias derivadas do complexo de Édipo, das modalidades de defesa e de transferência, em diferentes momentos da teorização freudiana.

Pela expressão *análise de conteúdo* designa-se o privilégio concedido a tal ou qual tema nas diferentes etapas da prática psicanalítica, dando a entender qual seria o seu objeto – o seu objeto por excelência ou o seu objeto preferencial. Assim, de acordo com os diferentes momentos da técnica e da linhagem do analista, privilegiou-se a *análise de* recordações infantís, sintomas, fantasias, conteúdos edipianos, resistências, transferências, incongruências entre o conteúdo e a forma da fala, *acting outs*, e ainda outros aspectos, pois nessa perspectiva procede-se por exaustão e é difícil saber onde se deve parar – se é que se deve.

Trata-se de um enfoque cumulativo, eclético, que costuma aceitar ou propor inovações, as quais serão por sua vez somadas ao acervo existente. A palavra *análise* merece especial atenção; sua função talvez seja a de prover o psicanalista de um “objeto concreto”, que poderia ser “examinado”, e que faria as vezes dessas outras análises costumeiramente pedidas pelo médico: sangue, urina, fezes... Há bons motivos para suspeitar que a conhecida influência do modelo médico sobre a psicanálise seja ainda maior do que se tem reconhecido. Não nos dedicaremos, contudo, a indagar pelas raízes teóricas do enfoque conteudístico. O interesse reside em argumentar convincentemente acerca da oposição irredutível entre os conceitos de *interpretação e análise*.

A conseqüência mais deplorável da análise de conteúdo é a de promover a interferência da teoria na prática clínica. Correspondentemente, ela rastreia a causa – muito compreensivelmente, pois a teoria tem um compromisso com a etiologia. A busca da causa situa o discurso do analisando no registro da informação, procedimento incompatível com a aferição do sentido. Esta última frase exige a explicitação do seu pressuposto, que é o seguinte: a análise, cujo objeto é tal ou qual conteúdo do discurso, tem por finalidade estabelecer a etiologia do sintoma ou da queixa, enquanto a interpretação, cujo objeto é o discurso, visa unicamente o sentido. Postular incompatibilidade entre análise de conteúdo e interpretação implica em fazer outro tanto no que se refere à relação entre causa e sentido, atitudes que promovem práticas clínicas opostas.

O rastreamento da causa permanece orientado pela preocupação teórica, mesmo quando a causa hipotetizada apresenta alguma novidade em relação à teoria existente. Nesse caso, a prática terá contribuído mais uma vez para a elaboração da teoria do sujeito. Inversamente, a busca de sentido renuncia a tudo que não seja singular. Apesar da evidente implicação entre as noções de *discurso e pessoa (paciente, analisando)*, é importante distingui-las. Nessa perspectiva a associação livre deve ser emancipada da pessoa que está no divã, visto que a interpretação incide somente sobre o sentido do discurso. Manifestando-se acerca das características pessoais o psicanalista assumiria uma atitude diagnosticante (conotando avaliação e julgamento), estranha à postura interpretativa. Assim, a intervenção se circunscreve à interpretação dos enunciados da sessão presente; os das sessões prévias, (salvo se retomados e somente nessa medida), tampouco se integram à

interpretação atual. Caso contrário a interpretação ficaria novamente subordinada, desta vez a outro tipo de teoria, aquela que o psicanalista teria elaborado sobre seu 'paciente'.

A injunção de recordar o trauma seria o exemplo por excelência do procedimento conteu-
dístico. Se o elemento causalista e a subordinação do método à respectiva hipótese teórica (trauma infantil como causa do sintoma pós-pubertário) são absolutamente evidentes no referido procedimento, é preciso assinalar que essa abordagem continua governando a prática clínica após a descoberta da sexualidade infantil e ainda permanece ativa nos bastidores quando o Édipo entra em cena.

A substituição da busca do trauma, primeiramente pelo interesse em recuperar as lembranças infantís (educação repressiva) e posteriormente pela exumação das fantasias ligadas ao arcabouço edipiano, não liberta Freud do recurso aos elementos referenciais do discurso do paciente: os dados biográficos, que são focalizados mediante a teoria. A teoria, por sua vez, situa nas fases da sexualidade infantil a *fons et origo* do sintoma. Certamente a importância auferida pela fantasia promove um distanciamento em relação aos elementos referenciais citados, que são substituídos pela fantasia, apoiada na teorização do Édipo. A mudança metodológica resultante não consegue porém superar o hibridismo entre detecção da causa e exegese do sentido, hibridismo claramente denotativo da não consolidação da teoria da interpretação incipientemente formulada em 1900. Combinando uma postura médica resquicial – causalista e subordinada a um saber prévio - com a concepção oposta (ater-se às associações do paciente), a abordagem clínica freudiana paga tributo a essa indefinição epistemológica que a condena ao ecletismo metodológico [29].

Dentro desse quadro, a descoberta da transferência representa a tentativa -quase desesperada- de encontrar o chão da realidade, depois que a fantasia e a compreensão de suas implicações volatizou a verossimilhança das experiências infantís. O psicanalista passa a apoiar-se na prova testemunhal do que o paciente sente a seu respeito, o que lhe permitiria deduzir a relação que ele mantinha com seus pais ou substitutos, *causa* de suas dificuldades atuais.

As emoções ostentam uma ruidosa autenticidade, em contraposição á palavra, sempre tida por enganosa, lacunar, omissa, dissimulada... Segundo a abordagem em questão não emocionar-se durante as sessões é cometer o pecado capital de recusar envolvimento com a análise e seu representante. Em concomitância com a valorização das secreções de alto teor afetivo (como a lágrima e a coriza), os consultórios passam a incorporar um novo tipo de equipamento obrigatório: os lenços de papel. Assim concebida, a transferência visa dar acesso ao passado da forma mais fidedigna possível. A infância, objeto por excelência da teoria, finalmente poderia ser exumada de maneira confiável, autenticada pelo selo de garantia da relação transferencial.

O resultado – paradoxal – é que, para reaver a causa de seus conflitos, o ocupante do divã submete-se a um processo de infantilização. Sentado em seu posto de observação o psicanalista permanece à espreita de qualquer indício que possa justificar a análise transferencial e tende a referir toda fala que revele certa intensidade emocional à própria situação analítica. O passo seguinte é a dedução das relações primárias do paciente. Quando as emoções não se manifestam na intensidade requerida o psicanalista utiliza seus próprios sentimentos, acionados freqüentemente por essa decepção. Não é necessário acrescentar que

tais procedimentos são característicos da abordagem kleiniana. Desse ponto de vista dá-se por certo que com a aferição das imagos materna e paterna, graças ao decalque transferencial, ter-se-á compreendido a causa dos conflitos e sintomas.

Em outras palavras, há bons motivos para suspeitar que a promoção da transferência a principal objeto da clínica- operação teórico-metodológica que mereceria ser denominada *hipertrofia da transferência* - tem por finalidade amenizar a insegurança gerada no psicanalista pela areia movediça da fantasia. A constatação da sua subordinação ao desejo havia confiscado da memória qualquer verossimilhança, fazendo da psicanálise uma prática puramente conjectural. Trata-se de uma situação difícil para uma abordagem medicalizante.

A fantasia *transferencializada* passa a ter uma função específica: a de revelar as características das relações primárias, concebidas como condicionamento emocional. Situação “real” que teria gerado os atuais conflitos, os dados biográficos são referidos por sua vez quer à teoria edipiana concebida em termos genéricos (ortodoxia freudiana), quer à teoria das relações estabelecidas no primeiro ano de vida (enfoque kleiniano). Pretende-se assim recuperar, retroagindo à “causa” da fantasia, a realidade material infantil supostamente responsável pela realidade psíquica atual. Ter-se-ia alcançado finalmente, mesmo se com a respiração arfante, a ardorosamente perseguida origem (dos conflitos, inibições, sintomas, angústia, inadequações, etc.).

O sonho

”Eu lhes digo o que Freud fez. Digo-lhes como procede seu método. E, na verdade, basta abrir em qualquer página o volume da *Traumdeutung* para encontrar o equivalente”. [30] Mas se a fantasia pode ser recapturada após alguns esperneios, o sonho parece invulnerável enquanto baluarte do sentido. É importante compreender a razão dessa inexpugnabilidade. Antes de mais nada o sonho é referido primeiramente às respectivas associações... e se estas costumam remeter aos restos diurnos, tais elementos da “realidade” (ou seja, da vivência do sonhador), são solenemente desconsiderados por Freud enquanto *causa*, pois constituem apenas um material apropriado de que o sonho se serve para veicular sua própria mensagem, esta sim fundamental... e exclusivamente discursiva. No sonho, a predominância do sentido sobre a causa é uma evidência e não será demais insistir que por essa razão o termo *interpretação* surge a propósito do sonho e é com relação a ele que mantém sua principal referência.

Em nenhuma outra parte de sua teoria Freud trata o que se entendia como “real” [31] (a experiência, a vivência) de uma maneira tão despiciente. A mesma atitude prevalece em relação ao orgânico. A vontade de urinar, uma dor de dentes ou o som estridente do despertador são outros tantos estímulos que o sonho, enquanto cumpre sua tarefa de proteger o sono, configura de acordo com os interesses do *capitalista* do sonho, isto é, o desejo inconsciente.

Como se não bastasse, na contramão do senso comum que vê na fadiga a via de ingresso ao reino de Morfeu, Freud atribui o próprio ato de dormir à frustração que a vida de vigília impõe ao princípio do prazer. Tal seria a razão da proteção exercida pelo sonho em relação ao

sono. Com essa afirmação ele reitera a subordinação do fisiológico ao inconsciente, gesto que em sua teorização anterior só tem paralelo no que se refere à sexualidade. Se a teoria do sonho condescende com a noção de causa (conforme menção aos *imorredouros desejos infantís*), não é menos verdade que tais desejos já não são os *desejos concretos* que Lacan aliás proporá designar pelo vocábulo *demanda*. Estão muito mais próximos do *estrutural* e, nesse sentido, sua matriz é a situação edipiana. A causalidade associada ao sonho está subordinada à noção de estrutura – a estrutura desejanse, cujas possibilidades (diferentes modalidades de conflito e sublimação) obedecem às regras da gramática edipiana e se manifestam no dialeto da singularidade.

O sonho representa assim um raro caso de limite imposto à etiologia na obra freudiana. Dessa restrição à noção de causalidade deriva o procedimento interpretativo, formulado para dar conta do sentido do sonho. A própria interpretação tem por implicação o abandono da preocupação com a origem (do sintoma, do conflito), já que sua referência é o discurso e para além do discurso só há esse vazio ao qual Freud aludiu mediante a afirmação de que o umbigo do sonho está ligado ao desconhecido. Subentende-se igualmente que o acesso à causa seja totalmente irrelevante para a finalidade terapêutica – embora estejamos ainda muito longe de saber *como* a interpretação produz seus efeitos. Quando Freud define o discurso como objeto e a interpretação como método, cessa a possibilidade de aferir a etiologia de sintomas ou conflitos. A afirmação de que o sonho está umbilicalmente ligado ao desconhecido conduz ao abandono da idéia de causalidade. Cabe a seguinte leitura para essa atitude metodológica: “Para além do sentido, cerne do discurso, nada é possível saber - nem é necessário”.

De forma que a célebre asserção “o sonho é a via real para o inconsciente” poderia perfeitamente significar: “Já que o sonho, tal como comparece na clínica, não é senão o relato verbal do sonho, já que o que interessa em relação ao sonho é unicamente o seu sentido, já que somente a interpretação pode aceder ao sentido, é precisamente em relação ao sonho que o método psicanalítico – a interpretação – alcança plena e legítima expressão”. Caso em que “via real” referiria menos o próprio sonho e mais o método a que ele dá origem. Na *Terceira lição de psicanálise* (1909), Freud escreve: “...*análise de sonhos, cuja técnica se confunde com a da própria psicanálise*”. Freud emprega aqui o termo “análise” e não “interpretação”, o que pode tanto indicar que ele privilegia a interpretação como procedimento por excelência da psicanálise quanto traduzir sua condescendência com essa indiferenciação entre análise e interpretação subjacente ao impasse metodológico ora examinado.

De qualquer maneira, na clínica freudiana a prática é outra... na medida em que a teoria invade o terreno metodológico e lhe impõe frequentemente o enfoque conteudístico. Nos dois sonhos de Dora (*Fragmento da análise de um caso de histeria*)[32] encontramos a mais clara expressão do conflito entre as duas tendências, a interpretativa e a analítica. Esta última se ocupa, como sempre, do rastreamento da causa, manifestando-se através do interrogatório a que Dora é submetida, principalmente sobre acontecimentos de sua infância mas também com relação à origem de seus conhecimentos acerca da sexualidade. A inquirição não preenche todas as lacunas, falha que Freud se propõe corrigir mediante suas próprias associações...

Inversamente, quando ele se atém à prática interpretativa emergem os elementos que satisfazem os critérios mais rigorosos relativos ao sentido. Exemplifiquemos com o segundo sonho: Dora, a duras penas, (*a dificuldade em alcançar a estação onde tomará o trem de volta para Viena*), renuncia ao senhor K. (*deixando a cidade desconhecida que metaforiza “casamento”*), e troca a sexualidade “prática” (*bosque, lago, Sr.K*) pela “teórica” ... (*sobe as escadas [= negação de gravidez], entra em seu quarto e abre um grande livro*). O sentido do sonho é pois o retorno de Dora à condição de filha, à qual é sacrificada- mesmo se penosamente - a de mulher. Escapa talvez a Freud o caráter metafórico da “morte do pai”, informação que, comunicada pela carta da mãe, constitui o elemento decisivo para que a moça volte[33].

Ainda que o sonho também permita a prática da *análise de conteúdo*, isso ocorre apenas num segundo momento, quando Freud se empenha em buscar os *índices de realidade*, uma auto-exigência inescapável:

Mas havia ainda uma dúvida, em cuja solução eu devia insistir. Estou convencido de que um sintoma desta espécie[34] só aparece quando tem um protótipo infantil. Até aqui, minha experiência levou-me a afirmar com convicção que as lembranças originadas das impressões de anos posteriores não possuem força suficiente para fazê-las estabelecerem-se como sintomas. Eu mal ousava esperar que Dora me fornecesse o material que desejava de sua infância, pois a verdade é que ainda não me encontro em posição de afirmar a validade total desta regra, embora desejasse profundamente poder fazê-lo. Mas, neste caso, surgiu uma confirmação imediata. Sim, disse Dora, quando criança ela torcera aquele mesmo pé; escorregara em um dos degraus quando descia as escadas[35].

Freud impõe-se o dever de buscar o respaldo teórico para sua interpretação, e se o sintoma é lido como literalização da metáfora “dar um mau passo”, esta por sua vez exige um evento real como origem. Mais uma vez é invocado o apoio dos fatos para sustentar o caráter diáfano do discurso. O procedimento interpretativo, porém, dispensaria perfeitamente a chancela da teoria que teria tornado obrigatória a recordação do acidente da infância. Para aferir o sentido de “subir escadas com facilidade” bastaria que Dora fornecesse material – o que de fato ocorreu -para que esse elemento do sonho fosse desmetaforizado enquanto negação da gravidez, visto que esta se associava por sua vez à pseudo-ependicite (manifesta pela dificuldade de subir escadas). A expressão “dar um mau passo” deve-se a uma associação do próprio Freud e, apesar de sua plausibilidade, é desnecessária para a interpretação – além de representar, do ponto de vista da técnica, um procedimento escuso. (Freud forneceu a metáfora em vez de limitar-se a interpretar as da própria Dora). Em suma, trata-se de saber se em psicanálise a pesquisa teórica direta é de fato compatível com a metodologia interpretativa. Por tudo quanto já foi argumentado, pesquisar a origem de um sintoma que só pode aparecer no discurso é desconsiderar o discurso enquanto objeto e colocar em seu lugar a respectiva referência. A pergunta pela etiologia caracteriza a prevalência da significação (isto é, do caráter referencial do discurso) sobre o seu sentido. O procedimento interpretativo é totalmente agnóstico em relação à existência da causa[36].

Aqui faz-se necessário mencionar uma questão bastante espinhosa, a da relação entre prática e teoria. Este ponto, extremamente importante, não poderá ser desenvolvido neste trabalho. Admitiremos de bom grado que a análise de conteúdo se presta mais ao desenvolvimento de certos aspectos da teoria do sujeito (como a nosografia) do que o

procedimento interpretativo. Sob esse aspecto a *primeira técnica* freudiana teria constituído um “erro” de conseqüências favoráveis, se privilegiarmos a perspectiva teórica[37]. Erro vai entre aspas porque evidentemente a descoberta do próprio procedimento interpretativo não poderia deixar de ser tributária dos passos anteriores, associados ao que temos designado por *análise de conteúdo*. O sonho, por exemplo, sede do procedimento interpretativo, advém como mais um conteúdo antes de exigir a elaboração do método que subverteria o modelo médico predominante até então.

De qualquer forma, é possível duvidar do teor da conhecida afirmação freudiana relativa à coincidência que faria do tratamento psicanalítico uma afortunada conciliação entre o objetivo do pesquisador (conhecimento teórico) e o objetivo do paciente (a “cura”). Durante muito tempo a teoria se desenvolveu às custas do método (portanto da “cura”), e se por um lado esse procedimento trouxe benefícios fundamentais (no que se refere ao estabelecimento da nosografia psicanalítica, por exemplo), por outro criou problemas metodológicos sérios.

Supondo a plausibilidade dos comentários anteriores sobre Dora, será preciso reconhecer que nem o sonho escaparia totalmente de uma recaptura pela análise de conteúdo. Cabe assinalar, porém, que isso só acontece após a interpretação ter sido efetuada e obedece à intenção de dar um lastro factual e etiológico ao sentido encontrado. Os dois procedimentos utilizados por Freud quando aborda o sonho permitem ilustrar o contraste entre as práticas interpretativa e analítica. Enquanto a dimensão do presente e a inquirição do sentido conferem ao discurso o papel de objeto do método psicanalítico, a dimensão do passado e a preocupação etiológica reafirmam a primazia teórica da causalidade.

Quando a teorização do Édipo incorpora as fantasias originárias e as teorias sexuais infantis, a noção de estrutura (tão distante da causalidade como próxima do sentido) se institui também em relação ao *passado*.

Embora Freud não demonstre perceber o caráter contraditório dos procedimentos descritos, utilizando todo o seu arsenal metodológico e teórico simultaneamente, a distinção entre interpretação e análise de conteúdo é imprescindível para compreender a fratura metodológica inerente à sua prática.

LACAN E AS OPERAÇÕES ONÍRICAS

Aquella noche corrí
el mejor de los caminos
montado en potra de nácar
sin bridas y sin estribos [38]

A leitura lacaniana das operações oníricas coloca uma interrogação. O que teria levado o autor dos *Escritos* a aproximar a condensação da metáfora e a metonímia do deslocamento? Um dos exemplos preferidos por Freud para ilustrar a condensação é o sonho do Tio José, em que as imagens do irmão do pai e de um colega são superpostas, indicando a presença de um traço comum. Nas associações, será mencionado ainda outro postulante ao cargo de professor universitário. É provável que a comparação tenha induzido Lacan a ler a condensação como metáfora, visto que a imagem reunindo duas representações[39] parece prestar-se bem à definição “uma palavra por outra”. Como o sonho da Bela Açogueira, o

do Tio José revela primeiramente sua metáfora transparente, dando lugar à interpretação preliminar: “*meu(s) amigo(s) é (são) como meu tio: judeus que cometeram delitos. Como não pratiquei qualquer transgressão, posso manter a esperança de ser nomeado, apesar de também ser judeu*“. O impedimento para aceder ao cargo não decorreria da origem étnica. O delito, comum ao tio e aos colegas, constituiria o *tertius comparationis*, que tipifica o procedimento metafórico.

Contudo, esse aspecto da condensação é acessório e não essencial. O que caracteriza a condensação, segundo a descrição freudiana, é a abreviação do conteúdo latente pelo conteúdo manifesto. Embora não seja incomum que uma imagem se pareça com A, tenha o nome de B, a profissão de C, se vista como D e fale como E, esse modo de representação é um dos tantos que serve à elaboração onírica e está longe de constituir-se em regra. Inúmeros sonhos se configuram de outra maneira e nem por isso a condensação está ausente neles. Trata-se, portanto, de uma característica eventual.

A condensação pode ser comparada ao ato de extrair uma frase do contexto ao qual pertence. Na seqüência, recebe uma representação imagética e é disposta em seqüência com outras frases obtidas mediante o mesmo procedimento e igualmente transformadas em imagens[40]. Essa concatenação de enunciados desterrados, cujo entorno foi suprimido, é responsável pelo aspecto absurdo dos sonhos. Para desfazer a condensação seria preciso recuperar o “parágrafo” do qual a frase isolada recebia sua significação. Daí que a ordem de grandeza dos pensamentos latentes exceda em muito a do conteúdo manifesto.

O conteúdo manifesto do sonho da “bela açougueira”[41] refere a impossibilidade de oferecer um jantar, visto que a sonhadora não tinha comida suficiente e não havia como comprá-la, porque as lojas estavam fechadas. As associações conduzem à intenção de não dar a recepção, para impedir o encontro entre o marido e uma amiga de quem sente ciúmes. (Não oferecer o jantar = não alimentar a atração entre o marido e a amiga).

Tal significação constitui a metáfora transparente extraída do primeiro material associativo. Reconhecida pela paciente, ainda que com alguma dificuldade, a idéia em questão pode ser referida ao pré-consciente. O deslocamento se situa além. Novas associações, em prosseguimento às anteriores, dão margem a uma hipótese interpretativa mais abrangente e mais abstrata. A respectiva lógica restitui o sentido subjacente às metáforas transparentes, cujo elemento comum é constituído pela *impossibilidade*: de ter certeza quanto ao amor do marido, de comer caviar no desjejum, de formular uma teoria definitiva sobre o sonho (desejo atribuído a Freud), de engordar para agradar o marido (desejo atribuído à amiga), de emagrecer para agradar a amiga (desejo atribuído ao marido), de pintar o quadro do marido (desejo atribuído ao pintor). A metáfora opaca subjacente ao sonho é enunciável como: “todo desejo deve permanecer irrealizado... para que o respectivo objeto não perca seu valor”.

Também no que se refere ao deslocamento Freud combinou comentários sobre aspectos acessórios com formulações precisas e rigorosas. Certos exemplos apresentados em *A Interpretação dos Sonhos*, inclusive o sonho do Tio José, retratam o deslocamento pela minimização do que é importante no conteúdo latente, enquanto elementos triviais usurpam o respectivo espaço no conteúdo manifesto. Freud acrescenta que a distorção, o exagero e a omissão dos sentimentos também desempenham um papel importante na estratégia dessa

operação de censura. (No referido sonho a forte afeição do sonhador pelo tio e pelos colegas mascara seus sentimentos em relação a eles). Ambos os procedimentos servem à finalidade de prover pistas falsas. Essas descrições, principalmente a primeira, provavelmente induziram Lacan a supor que o correspondente lingüístico mais apropriado para deslocamento é a metonímia (ou sinédoque), tropo definido pela substituição quer do todo pela parte quer da parte pelo todo.

Novamente, porém, trata-se de um aspecto acessório. Independentemente de que o conteúdo manifesto contenha apenas um resquício do que seria considerado importante nos pensamentos latentes e vice-versa, ou que determinado sentimento tenha sido exagerado, distorcido ou omitido, cabe mais uma vez sublinhar que tais elementos são eventuais. Para compreender o conceito é preciso ater-se à sua função. A função do deslocamento é mascarar o sentido subjacente ao sonho. Tal finalidade pode ser alcançada de inúmeras formas, inclusive a miniaturização do importante e o exagero do banal, mas o fundamental é que “(...) a censura de sonhos só consegue seu objetivo quando consegue tornar impossível que se encontre o caminho desde a alusão até a coisa original”. Existem muitos tipos de máscara, não apenas aquelas que aumentam ou diminuem o tamanho de orelhas e narizes e puxam os lábios para baixo ou para cima, simulando o esgar do riso e do choro; um rosto pode tornar-se irreconhecível de infinitas maneiras. Na medida em que, mesmo assim, a interpretação permanece possível, o conteúdo manifesto e os pensamentos latentes não têm como deixar de metaforizar a região semântica oculta, mesmo se enigmaticamente.

Para ilustrar ainda uma vez as operações da elaboração onírica será útil retomar o sonho do tio José, cuja única imagem é a do rosto emoldurado por uma barba loura, representando simultaneamente o amigo ‘R.’, (que como o próprio Freud esperava nomeação para um cargo universitário) e o aludido parente. As associações de Freud conduzem ao seguinte: se o professor em questão fosse como o tio (a quem se atribuía um deslize financeiro), haveria razões suficientes para que ele não fosse nomeado, caso em que Freud poderia continuar alimentando esperanças, já que sobre ele não pesava qualquer imputação semelhante. O sentimento de grande afeição constitui para Freud um exemplo de deslocamento, na medida em que disfarça uma das idéias centrais, ou seja, a *calúnia* contra R. e N. (outro amigo de Freud interessado num cargo universitário e que por esse motivo aparece nas respectivas associações).

Freud usa o termo condensação para referir uma operação que seria revertida com certa facilidade, desde que a recordação dos restos diurnos responsáveis pelas imagens oníricas não sofra o bloqueio da resistência. De fato, com referência a esse mesmo sonho, ele confessa uma má vontade inicial em associar, atitude mais apropriada, comenta, num paciente; uma vez superada a barreira, os pensamentos latentes acorrem com relativa fluência. Assim, o sonhador percebe, com certo desagrado, que a associação entre R. (e N.) e o tio José representa *parte* de uma linha de pensamento cuja significação reside no anseio de manter as esperanças de nomeação. A primeira interpretação propõe que o conteúdo manifesto e os pensamentos latentes sejam lidos como segue: “*Meus amigos R. e N. se parecem a meu tio José porque cometeram delitos; logo, não merecem o cargo, a que eu posso continuar aspirando porque nada semelhante pode ser dito a meu respeito. Mas tenho vergonha de pensar assim e procuro disfarçar meus sentimentos, exagerando a afeição que sinto por eles*”.

Embora Freud considere justificado designar por deslocamento o contraste entre os sentimentos oníricos e os de vigília, cabe assinalar que o respectivo esclarecimento é alcançado em decorrência das primeiras associações. Elas conduzem tanto à compreensão da superposição de imagens como à elucidação do sentimento de afeição. A interpretação inicial do sonho deriva da descompactação do conteúdo manifesto, que permite o acesso à metáfora transparente. O vislumbre da opaca, conforme se verá, exige o adensamento das associações.

Algumas páginas após os primeiros comentários, Freud propõe uma interpretação diferente, ao mesmo tempo em que critica a primeira. Segundo a nova hipótese, o sonho expressaria uma fantasia, que remonta à sua adolescência, de ser ministro. Eram os tempos do “gabinete burguês”, que marcou uma profunda transformação política no Império Austro-Húngaro. A aristocracia perdeu parte de seus poderes e em consequência ocorreu, pela primeira vez, a nomeação de um judeu para o cargo de ministro.

Essa associação, por sua vez, conduz à recordação do almoço às margens do Präter em que um adivinho teria predito aos orgulhosos pais que seu filho de onze anos teria um futuro brilhante.

As novas associações conduzem à constatação de que o anseio de obter o cargo de professor na Universidade de Viena não constitui o elemento principal do sonho (é apenas uma metáfora transparente). O sonho estipula que assim como um *único* membro da comunidade judaica foi nomeado ministro, apenas *um* candidato deveria aceder ao cargo acadêmico.[42] Nesse caso, o que está em jogo é bem mais do que uma calúnia para manter as próprias pretensões de nomeação (metáfora transparente). O sonho retrata uma reivindicação de privilégio, única razão para que a exclusão dos rivais se torne imprescindível (metáfora opaca).

Percebe-se então que a primeira interpretação (a da calúnia) é obtida com relativa facilidade (de fato, os pensamentos latentes lhe dão acesso), enquanto a segunda seria obscurecida pela primeira – ainda que não a contradiga como pretende Freud[43]. A oposição entre ambas se restringe ao fato de que a interpretação inicial se afigura como perfeitamente satisfatória, dificultando o acesso ao sentido mais profundo. Efetivamente, a metáfora transparente se enuncia como: “Preciso excluir (caluniar) R. e N. para aceder ao cargo, mas tenho vergonha de fazê-lo”. E a opaca: “Desejo aceder ao cargo para excluir R. e N., mas tenho vergonha de fazê-lo”. A primeira interpretação constitui um passo em direção à segunda, que se beneficiaria do acréscimo: “O anseio de exclusividade deve-se ao desejo de satisfazer meus pais, mas ao mesmo tempo contraria a ética e faz com que eu entre em choque com meus pares”.

Levando em consideração o sonho e os comentários de Freud, inclusive suas duas hipóteses interpretativas, obtém-se um enunciado ainda mais abrangente, relativo à oposição entre necessidade e desejo. De um lado, são determinadas circunstâncias que parecem justificar a rivalidade, enquanto que, de outro, tal sentimento seria intrínseco ao sonhador... identificado às expectativas parentais.

METÁFORA TRANSPARENTE E METÁFORA OPACA

“A metáfora não é a coisa no mundo das mais fáceis de falar”[44]

O melhor modelo para compreender a metáfora transparente é o da metáfora coloquial (“cada macaco em seu galho”, “a vaca foi pro brejo”, “fulano não dá ponto sem nó”, etc.). Facilmente identificável, manifesta-se por palavras ou expressões cujo caráter incompreensível, do ponto de vista literal, exige a decifração. A palavra ou expressão figurada é então substituída por aquela que expressaria seu sentido apropriado – procedimento análogo ao da interpretação, embora mais próximo da tradução[45]. Assim, “não se deve invadir o espaço alheio”, “o problema tornou-se insolúvel”, “fulano é precavido ou calculista” seriam as significações atribuíveis às metáforas citadas. Esse enfoque, aliás, coincide com a definição de metáfora adotada por Lacan : “uma palavra por outra”. O contexto discursivo comparece apenas como meio auxiliar para a aludida operação.

De acordo com essa definição, certamente a mais comum, a metáfora é facilmente decodificável. A palavra ou expressão metafórica, quer poética, chistosa ou coloquial, se deixa detectar sem esforço. É somente a partir de Freud que o enigmático[46] (sintoma, sonho e ato falho) se integra à circunscrição metafórica, na exata medida em que a leitura de sentido toma o lugar do rastreamento etiológico. A metáfora opaca, ao contrário da transparente, se apresenta então como mistério cuja elucidação exige o concurso da associação livre e da atenção flutuante. O *modus operandi* freudiano decorre da consubstancialidade entre sentido e discurso.

Na era pós-freudiana, porém, e mesmo na perspectiva lacaniana, o efeito metafórico voltou a ser referido como simples transposição de palavra por palavra ou locução por locução. Um exemplo à mão é o da releitura do caso Dora por Lacan, que vê na paixão inconfessa da moça pela Sra. K o núcleo do conflito. O enfoque lacaniano difere do de Freud, para quem a paciente recalca seu amor pelo Sr. K. Em rodapé acrescentado aos comentários finais, Freud aventa a possibilidade de não ter percebido a intensidade e a significação da admiração de Dora pela Sra. K., o que poderia parecer um bom argumento a favor de Lacan.

As associações de Dora são lidas como pistas indicativas de seus *verdadeiros* sentimentos, objetivo privilegiado por ambos, Freud e Lacan. Na contramão dessas hipóteses é possível *desmetaforizar* não os sentimentos de Dora por quem quer que seja mas os sonhos e as respectivas associações transcritas no texto. A leitura atenta de *Fragmentos da análise de um caso de histeria* dificilmente deixará de deparar com a metáfora transparente de que a posição de esposa, representada tanto pela mãe de Dora como pela Sra. K., se associa à idéia de não ser amada. Essa parece ser a razão subjacente à dificuldade de passar da condição de filha para a de mulher.

Foi justamente por ter acreditado na proposta de matrimônio (indício das sérias intenções do Sr. K...), que Dora sentiu-se ameaçada e interrompeu não só o romance como a própria análise com um casamenteiro que pretendia convencê-la das delícias e conveniências do himeneu...[47] O tapa que interrompe a frase pela qual K. destituía a própria esposa (“ela não representa mais nada para mim...”) talvez signifique que a Sra. K. permitia a Dora conjugar os atributos de ser mulher e ser amada.

Nesse caso, Dora se indigna não por estar apaixonada pela sua rival – suspeita desprovida de pistas metafóricas[48] - mas porque a Sra. K. lhe permitia conjugar feminilidade com valorização afetiva, crença que desmorona quando K. menospreza a esposa. (Não se trata

porém de conceber esse acontecimento como decisivo; Dora bem poderia estar à espreita de qualquer justificativa para retornar ao pai).

Assim, a tentativa de convencer Dora de seu amor por K. e da viabilidade do casamento é o que teria provocado a interrupção da análise. Tudo leva a crer que, para a paciente, o próprio Freud faria parte do *complô* masculino tendente a colocá-la no papel de esposa, ou seja, de mulher não amada...[49] Nesse sentido, é lícito afirmar que as duas leituras, tanto a de Freud como a de Lacan, na medida em que focalizam os “sentimentos”, “as reações”, o “desejo”, “o conflito”, ou “a histeria” de Dora, de preferência a seu discurso, se inscreveriam muito mais no âmbito da análise de conteúdo do que da interpretação. Suplementarmente, pode-se conjecturar que a atitude “medicalizante”, portanto transferencial, de Freud, é que teria exacerbado a resistência, também transferencial, de Dora.

Diferentemente, a metodologia proposta por Freud para interpretar o sonho, ao deter-se por um tempo considerável nos limites do próprio discurso, suspende momentaneamente a referência à pessoa do analisando, cumprindo assim a condição *sine qua non* para a aferição do respectivo sentido. Momentaneamente, mas por um tempo suficiente para que o enunciado/enunciação seja distinguido de quem o profere. O sonho provê assim a diferença fundamental entre as noções de discurso e pessoa, distinção absolutamente imprescindível para o exercício do método interpretativo.

Resta estender o mesmo enfoque a toda e qualquer temática presente nas associações, deixando de confinar o procedimento interpretativo apenas ao sonho. Todo e qualquer tema desenvolvido em todo e qualquer conjunto de associações livres é metaforizado por condensação (substituição relativamente transparente) e deslocamento (substituição opaca), ou seja, de acordo com os mesmos mecanismos descobertos por Freud em relação à narrativa onírica.

Se as imagens oníricas são metáforas (metáforas transparentes singulares), as respectivas associações reintegram o sonho ao discurso propriamente dito, onde jaz a metáfora opaca. Freud denominava tais associações *depensamentos latentes*, relacionados primeiramente aos *restos diurnos* e posteriormente às suas derivações. Se o discurso propriamente dito pudesse manifestar-se em sua totalidade (inacessível por definição), coincidiria com a

[1] *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, de 1958.[2] “*A transferência, nessa perspectiva, torna-se a segurança do analista e a relação com o real o terreno em que se decide o combate. A interpretação, adiada até a consolidação da transferência, fica desde então subordinada à consolidação desta*”. (Lacan, 1998, pg. 602)[3] A elaboração secundária, quarta operação, confere uma fachada lógica ao sonho.

[4] *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*, (Escritos, pg. 593).

[5] (Freud, 1969 [1912], vol. XII, p. 155).

[6] (Lacan 1998 [1958], pg. 601)

[7] (Lacan 1998 [1958], pg. 592).

[8] *A instância da letra no inconsciente ou a razão a partir de Freud* (1957).

- [9] Escritos, p. 245 (A instância da letra...).
- [10] (Lacan 1985 [1955/56], pg. 248)
- [11] Cf. *Curso de Linguística Geral*, Cap. 5, *Relações sintagmáticas e relações associativas*. É digno de menção que tanto Saussure como Freud, separados pelos Alpes e pelo desconhecimento mútuo, houvessem escolhido o substantivo ‘associação’ e seus derivados para denominar esse fenômeno.
- [12] (Cf. *How to do things with words*”, de John L. Austin, traduzido com o título: “Quando dizer é fazer” pelas Editora Artes Médicas).
- [13] Freud, O.C., Vol. XV, pg. 206.
- [14] Idem, pg. 207.
- [15] “*Entendemos com isso (a condensação), que o sonho manifesto possui um conteúdo menor do que o latente, e é deste uma tradução abreviada, portanto*“. (Idem, pg. 204).
- [16] Idem, v.XV, pg. 208. Grifado por mim.
- [17] Idem, pg. 152.
- [18] Escritos, pg. 238 (A instância da letra...)
- [19] Idem, pg. 237.
- [20] Pg. 240.
- [21] Ver a epígrafe desta seção.
- [22] Idem, pg. 242 .
- [23] *Conferências Introdutórias – Sonhos* - vol. XV, pg. 209.
- [24] *A instância da letra...*, pg. 259.
- [25] Cf. *A estrutura dos mitos*. O procedimento interpretativo de Lévi-Strauss também faz o mito “associar livremente”.
- [26] Propomos retirar da célebre fórmula o artigo definido “uma”.
- [27] Freud 1969 [1916], v. XVI, pg. 335)
- [28] *Nemo potest duobus dominis servire*. (A frase é atribuída por Mateus a Jesus e refere a impossibilidade de conciliar a cobiça de bens materiais com a espiritualidade).
- [29] Indefinição epistemológica e conseqüente ecletismo que em última análise se referem à hesitação quanto ao estatuto do inconsciente (biológico, social, lingüístico?)
- [30] (Lacan 1985 [1955/56], pg. 270)
- [31] O real “antes de Lacan”, que o redefinirá como desejo. A “experiência”, a “vivência”, constituirão, para o teórico francês, o cerne do imaginário.
- [32] 1905.
- [33] A carta contem, após a informação sobre a morte do pai, a expressão “Se você quiser?”, escrita no meio de uma frase com um ponto de interrogação, expressão idêntica à usada pela Sra. K. na carta em que convidava Dora a L. Portanto, “Se você quiser?” pode ser interpretado como o “oferecimento”, por parte da mãe de Dora, do marido à filha. Correspondentemente, através das demais associações fornecidas por Dora, cabe interpretar a morte do seu pai, no sonho, como: “ele aceitou separar-se da senhora K”, enquanto outras associações acrescentariam a explicação: “para não perder sua filha”. As associações mais importantes para sustentar essa hipótese são: o pai só consegue dormir, estando longe da Sra. K., se beber. Dora perguntou à mãe “cem vezes” pela chave do aparador onde estavam as bebidas (para oferecer uma ao pai). No sonho, ela pergunta “cem vezes” pela estação. Assim, o retorno de Dora está ligado ao seu papel de ministradora do soporífero que substitui, para o pai, a mulher amada. Além disso, se “dormir” significa “separação transitória da mulher amada”, “morte” bem poderia significar “separação definitiva”. E Dora, sempre nas associações, refere-se ao brinde pela saúde do pai, descrevendo sua

fisionomia abatida e perguntando-se quanto tempo ele teria de vida (significando provavelmente = ‘quanto duraria sua relação com a Sra. K.’).

[34] Freud refere-se aqui à fantasia de parto, representada por uma crise de apendicite, uma de cujas conseqüência era a dor que fazia Dora arrastar uma perna e ter dificuldade em subir escadas.-

[35] (Freud 1969 [1905], vol. VII, 100).-

[36] Alexandre Koyré, em seus estudos sobre história da ciência, já assinalava a correlação entre as noções de “Deus” e “causa”.

[37] *Felix culpa*, segundo a consagrada expressão latina.

[38] *La casada infiel* (Federico Garcia-Lorca). Dificilmente se encontrará uma melhor metáfora para a metáfora. A palavra (o discurso) como esposa do significado e amante do sentido.

[39] Ou significantes, como prefere Lacan.

[40] O conteúdo manifesto também pode incluir palavras ou orações, faladas ou escritas, que funcionam no sonho da mesma forma que as imagens – ou seja, como fragmentos isolados do seu contexto.

[41] *A Interpretação dos Sonhos*, vol. V, pgs. 157/160.

[42] (Cabe lembrar, aliás, que Freud, R. e N. não estão disputando a mesma vaga; eles esperam nomeações para postos diferentes).

[43] (Idem, ibidem, pgs. 203/204)

[44] (Lacan 1985 [1955/56], pg. 248)

[45] A diferença entre interpretação e tradução reside em que no primeiro caso a incidência se dá no discurso (singular), enquanto no segundo o contexto é a língua (universal).

[46] Mas não o enigma *stricto sensu*, que também é declaradamente metafórico. A diferença é que tanto na adivinhação como na charada alguém já conhece a solução de antemão – o que não é o caso da metáfora discursiva, cujo sentido escapa à consciência do produtor e do destinatário.

[47] Com relação a Dora, Freud se incumbiu do papel de “schatche”, ou seja, do agente casamenteiro das pequenas comunidades judaicas da Europa Oriental, personagem que protagoniza algumas das melhores piadas de seu livro sobre o chiste.

[48] Mais uma razão para julgar que a releitura de Lacan é orientada pela teoria, mais precisamente a teoria da histeria.

[49] Insistamos: Esta interpretação tem por referência apenas e tão somente o próprio texto de Freud e não pretende apontar para as “verdadeiras razões” da interrupção da “análise” por parte de “Dora”.